

# **BRASIL EFICIENTE**

## **SUMÁRIO**

Versão para discussão

18 / 05 / 2010

## **BRASIL EFICIENTE**

### **Brasil Eficiente com mais empregos e menos impostos**

#### **Uma Oportunidade de Ouro – o Brasil na próxima década – merece reformas corajosas nos impostos e nos gastos públicos!**

O Brasil precisa urgentemente de mais recursos públicos e privados para investir em seu futuro desenvolvimento. A forte retomada do crescimento econômico, registrada nos últimos anos do governo Lula foi importante para a autoestima do país. Mas o ritmo do progresso precisa aumentar, sem riscos de inflação, para atender às necessidades crescentes de incorporação de mais brasileiros à cidadania econômica e ao mundo do consumo. Além disso, como ninguém cresce sem poupança e investimentos, as condições para aumentar a infraestrutura, as pesquisas, o parque manufatureiro, as áreas de produção verde, a educação e o treinamento, mais moradias e dispendiosos equipamentos urbanos, só serão alcançadas, na velocidade certa, dentro da próxima década, se o Brasil conseguir quebrar o “**pacto pró-gastança**”, que o impede de elevar a taxa de investimento, especialmente no setor de governo. Entretanto, para que se tenha uma pálida ideia do desafio de investimentos que o país tem pela frente, entre 2011 e 2020 será preciso construir no Brasil o equivalente a **duas** cidades de São Paulo, completas, do zero ao estágio atual, no espaço de apenas dez anos!

No entanto, para chegar lá temos um sério problema pela frente. *O tipo de compromissos de gastos de toda espécie, criado a partir do texto da generosa Constituição de 1988 comprometeu o equilíbrio do Orçamento no longo prazo.*

## Estrutura da desp.não financ.da União

(Em % do total)

→ ...de um total bem maior em 2009!

	<u>1987</u>	<u>2009</u>	No.vezes +
<b>Benef.ass.e subs. (*)</b>	<b>3,1</b>	<b>25,8</b>	<b>8,3</b>
<b>Inat.e pens.</b>	<b>6,2</b>	<b>12,2</b>	<b>2,0</b>
<b>Benef.prev.&gt;1SM</b>	<b>13,0</b>	<b>23,9</b>	<b>1,8</b>
Pessoal ativo	16,7	15,1	0,9
Saúde	8,0	7,3	0,9
Outras desp.corr.	37,0	9,6	0,3
Investimento	16,0	6,0	0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

(\*) Benef.INSS de 1 SM, seguro-desemprego, BPC-LOAS, RMV e Bolsa-Família.

SM: Salário Mínimo

BPC: Benefícios de prestação continuada

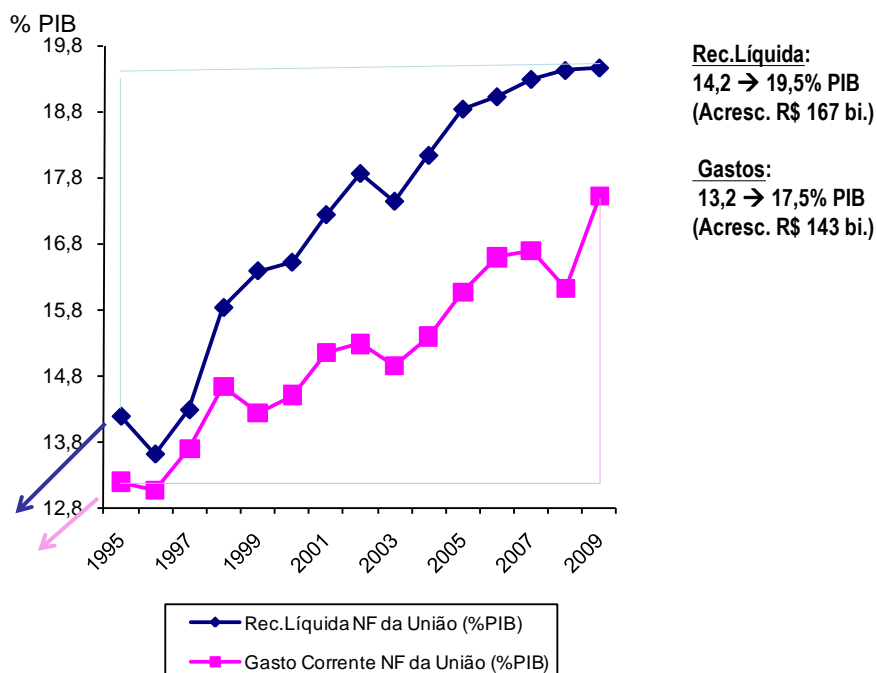
LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social

RMV: Renda Mensal Vitalícia.

Para cobrir parte da “dívida social” acumulada, o Brasil disparou nos gastos assistenciais, que chegaram a crescer 8 vezes desde a Constituição de 88, como mostra o quadro. Tampouco foi sacrificado o gasto em Pessoal ativo ou inativo, apesar das usuais reclamações quanto a salários e pensões públicas. É bom lembrar que a conta de juros também explodiu. *Resultado: sacrificou-se o Investimento público, que caiu a menos da metade do que se investia antes!*

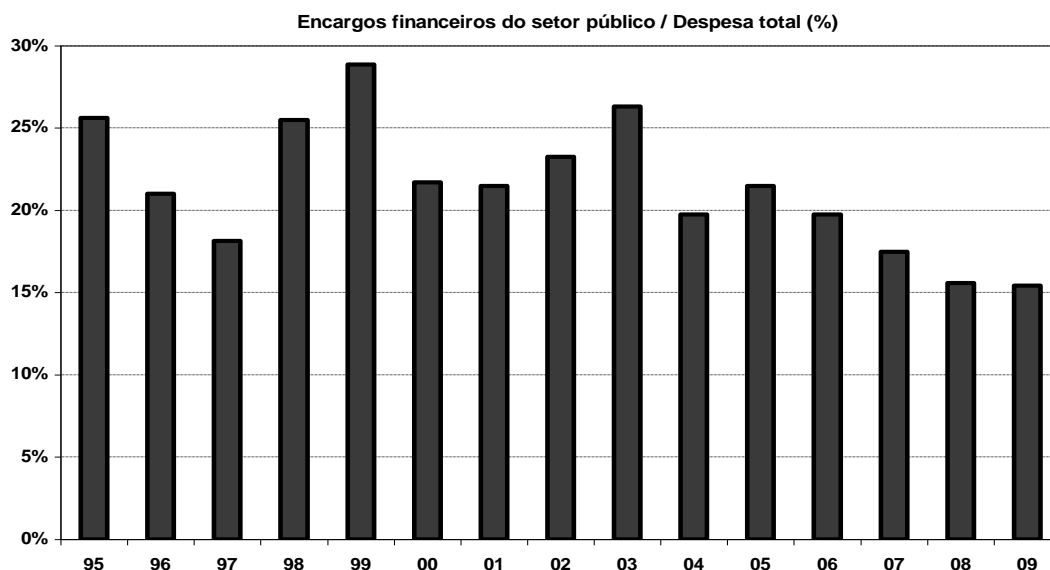
Como as administrações pós-Real não queriam faltar ao compromisso da estabilidade de preços, só lhes restou jogar o peso crescente dos gastos correntes para cima dos ombros da população, empurrando a carga tributária a patamares acima do razoável. Nem por isso se recuperou a rubrica de investimentos públicos. Como este é um **modelo de alto gasto público de consumo**, os mercados também puniram o governo pedindo juros acima do normal para rolar a dívida de governo, pelo risco de calote nos papéis públicos, pelos precatórios não liquidados etc. Apenas recentemente tem diminuído o risco de calote.

### CRESCIMENTO DOS GASTOS CORRENTES E DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO: 1995-2009



Ora, juros anormais geram uma despesa financeira exagerada, que compromete ainda mais o espaço orçamentário para investir no desenvolvimento. O Brasil passou mais de uma década comprometendo mais de 20% do Orçamento Público com pagamento de encargos financeiros, ou seja, uma tonelada de juros!

## BRASIL: ENCARGOS FINANCEIROS DO SETOR PÚBLICO



Fonte: BACEN

*Além disso, juros altos demais atraem capital especulativo, que premia os que apostam na valorização excessiva do Real, criando uma moeda forte artificial, em detrimento da competitividade de nossos produtos de exportação. É mais do que evidente a necessidade de mudar o modelo de alto gasto público, que está na raiz do baixo nível do investimento no País.*

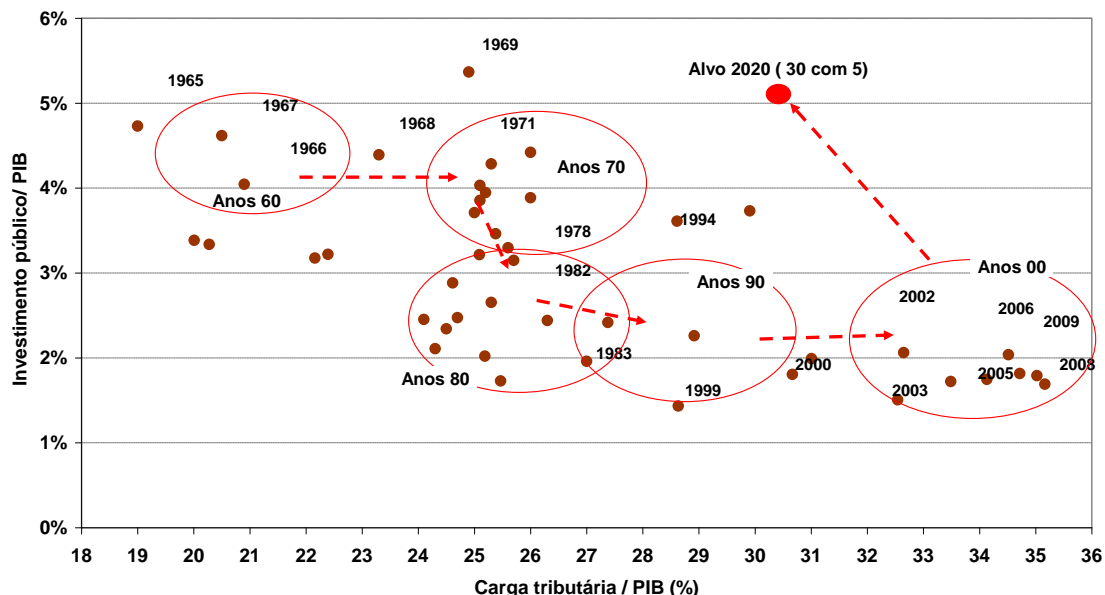
No setor público, o desafio da próxima administração, de qualquer coligação partidária vencedora das eleições, será usar os recursos fiscais da enorme arrecadação pública, **de modo mais eficiente**. É fundamental que, ao combater o desperdício, se redirecionem recursos para infraestrutura, tecnologia e educação. Para que o setor privado tenha condições de investir mais, deve-se diminuir o peso da carga tributária sobre o setor produtivo, simplificar e racionalizar a complicada estrutura tributária, melhorando a gestão dos recursos públicos. Adotadas essas medidas, será possível aumentar de forma significativa o percentual do PIB em investimentos, criando as condições para que o país possa crescer e se desenvolver de forma acelerada e consistente, com geração de mais empregos.

Os objetivos são perfeitamente alcançáveis, pois as metas fiscais podem ser graduadas em lei para ser atingidas ao longo de 2011-2020, que será a década da transformação do Brasil num país mais justo e desenvolvido.

**DEFENDEMOS UM PLANO DECENAL NO NOVO PAC, INSCRITO EM LEI PRÓPRIA, QUE PODEMOS CHAMAR DE “LEI DO BRASIL EFICIENTE”!**

Nesta lei o crescimento médio, como meta da economia brasileira na década, será de 6% ao ano. Esta meta geral requer estimular a elevação dos investimentos totais a 25% do PIB (hoje são cerca de 18%, apenas). E para alcançar os 25% de investimentos na renda nacional, a colaboração do setor governo às inversões produtivas deve ser de 5% do PIB, como já o foi na década do “milagre” econômico entre os anos 1960 e 1970 do século passado. (ver quadro abaixo).

**QUADRO I – BRASIL: INVESTIMENTO PÚBLICO E CARGA TRIBUTÁRIA**



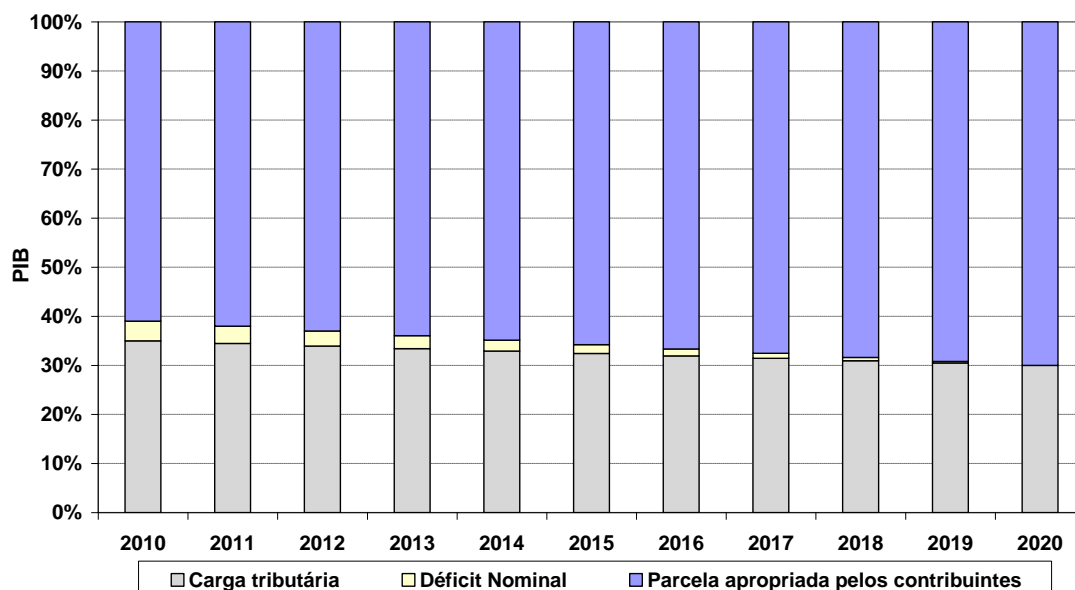
Fonte: IBGE, BACEN, *apud* Ideias Consultoria. Ver Akihiro Ikeda e Antonio Delfim Netto *in* MARTINS (2008) p. 44

Elaboração: RC Consultores

Com esse objetivo, confederações do setor produtivo nacional, federações empresariais e de trabalhadores, empresas de vários setores e de todos os portes, entidades de representação da sociedade civil do chamado terceiro setor, além de universidades e institutos de pesquisa, se reuniram para sensibilizar a população, a classe política e, principalmente, os candidatos a posições em governo, sobre a importância do **ajuste geral, corajoso e inteligente das contas públicas**.

O **Movimento Brasil Eficiente**, que não tem qualquer vinculação político-partidária, porque nasce do seio da sociedade trabalhadora e investidora, traça para os brasileiros um **Roteiro de Ação** capaz de conduzir o crescimento econômico e a geração de empregos e renda, à média decenal de 6% ao ano, praticamente DOBRANDO A RENDA PER CAPITA DOS BRASILEIROS EM 2020! Tal é possível, desde que a carga tributária caia para 30% do PIB ao fim da década. Será uma revolução fiscal, SEM PREJUÍZO DA DESPESA CORRENTE!

**QUADRO – BRASIL: PROGRAMA DE CONTROLE GRADUAL DA RECEITA E DESPESA PÚBLICAS TOTAIS, 2011-2020. META: 30% PIB**



Fonte: IBPT, BACE

## Gastos Públicos

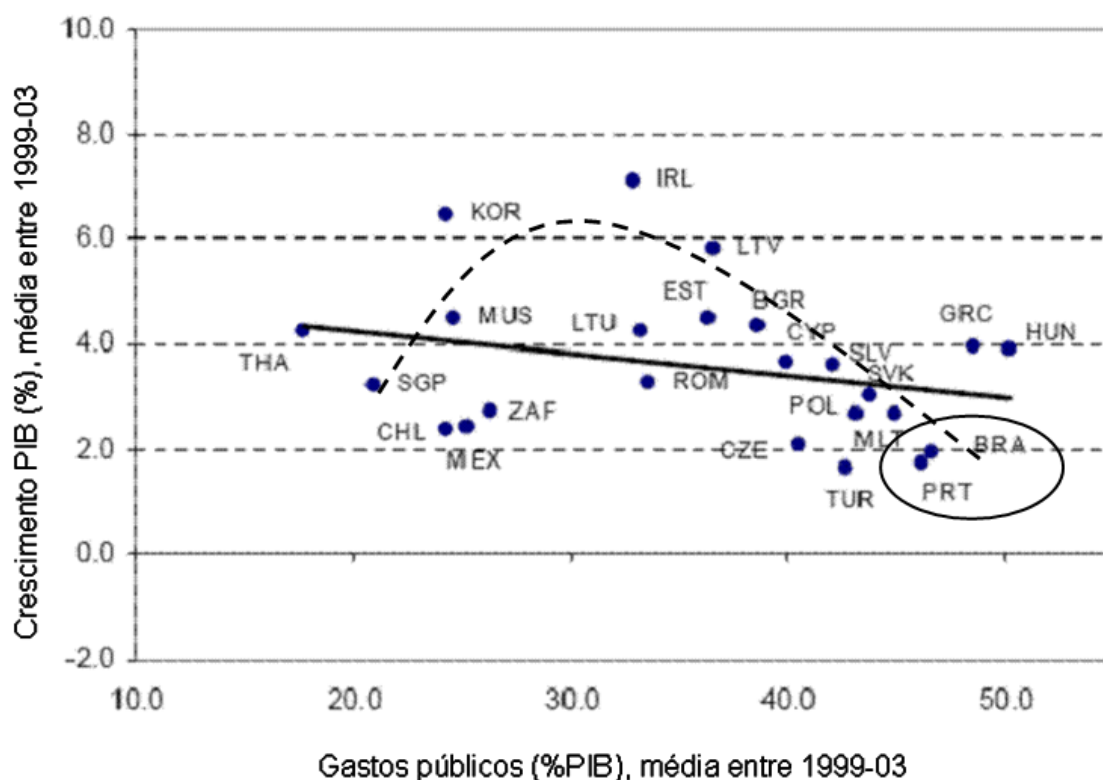
O desafio de gastar mais, porém com mais Eficiência!

Para crescer acima da média mundial, o Brasil precisa aumentar de forma substantiva os investimentos públicos e privados. *Logo, a questão não é estrangular as despesas de governo, mas direcionar os gastos para onde melhor seja remunerado o sacrifício do cidadão de pagar impostos, deixando ele de gastar onde pretendia.* O Estado brasileiro não pode ter carta branca para sair gastando no que o político bem entender. Para poder gastar mais, a condicionante política é saber empregar sabiamente os recursos confiados ao Poder Executivo.

Atualmente, as despesas correntes, mantidas em patamares elevados, impedem que o investimento público alcance os níveis desejados. A despesa financeira permanece alta demais, sem uma reflexão do dirigente ou um senso de urgência sobre como reduzir o peso dessa carga monumental de juros, a que nos acostumamos absurdamente. Para bancar a conta estratosférica, o Poder Legislativo, que deveria conter a carga tributária, tem sido sócio de sua contínua elevação. A carga tributária em níveis superiores a 30% do PIB é deletéria não só aos investimentos do setor privado, como cria problemas de eficiência dentro da própria gestão de governo. Comparações internacionais conduzidas por reconhecidos especialistas no assunto, concluíram o óbvio: que uma carga tributária de ATÉ 30% DO PIB pode ser positiva para sustentar um crescimento acelerado do país. A partir desse ponto, porém, os países pesquisados apresentam taxas decrescentes de desempenho e eficiência. E o Brasil se encontra na rabeira dessa comparação de eficiência, próximo à lanterna do *ranking* de países. No quadro abaixo, se relaciona o nível da despesa pública de diversos países ao seu desempenho. Ao tempo da pesquisa, o resultado do Brasil era o pior, com média de crescimento baixa e pressão fiscal (carga de impostos + déficit orçamentário) superior a 40% do PIB. Um desastre. Durante a administração atual, este desempenho melhorou, com redução da pressão fiscal para

menos de 40% do PIB e média de crescimento perto de 4%. O objetivo é conseguir agora, em dez anos, trazer a carga fiscal ao ideal de 30% do PIB, que corresponde a um potencial de crescimento de 6% ao ano, conforme assinala o gráfico.

#### GASTOS PÚBLICOS COMPARADOS: A MARCA “IDEAL” DE 30% DO PIB

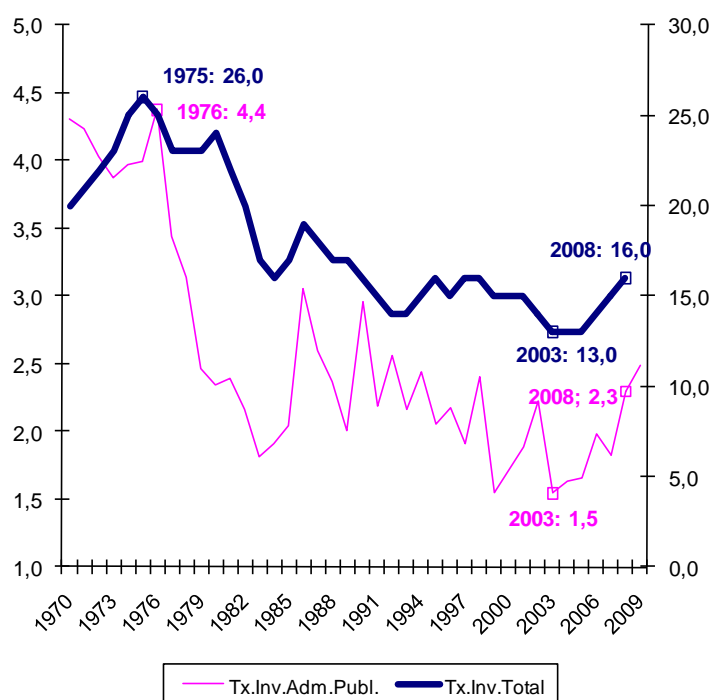


Ao início dos anos 1970, o Brasil apresentava uma das maiores taxas de crescimento do mundo. Não por acaso, a taxa de investimento total era por volta de 26% do PIB, em 1975. Desde então, o país só tem registrado uma tendência declinante nos investimentos, intercalada ocasionalmente por leves altas que não se mantêm ao longo do tempo. O “modelo de alto consumo de governo”, estimulado por comandos constitucionais inscritos na Carta de 1988, impôs um equilíbrio fiscal forçado, desde que os governos resolveram enfrentar o mal maior da hiper-inflação. Para conseguir o equilíbrio sem ferir os interesses em volta do gasto corrente, os governos

cortaram drasticamente os investimentos que poderiam dar sustentação ao maior crescimento, enquanto aumentavam a carga tributária.

### Taxas de investimento total e nas administrações públicas, 1970-2009

(em % do PIB)

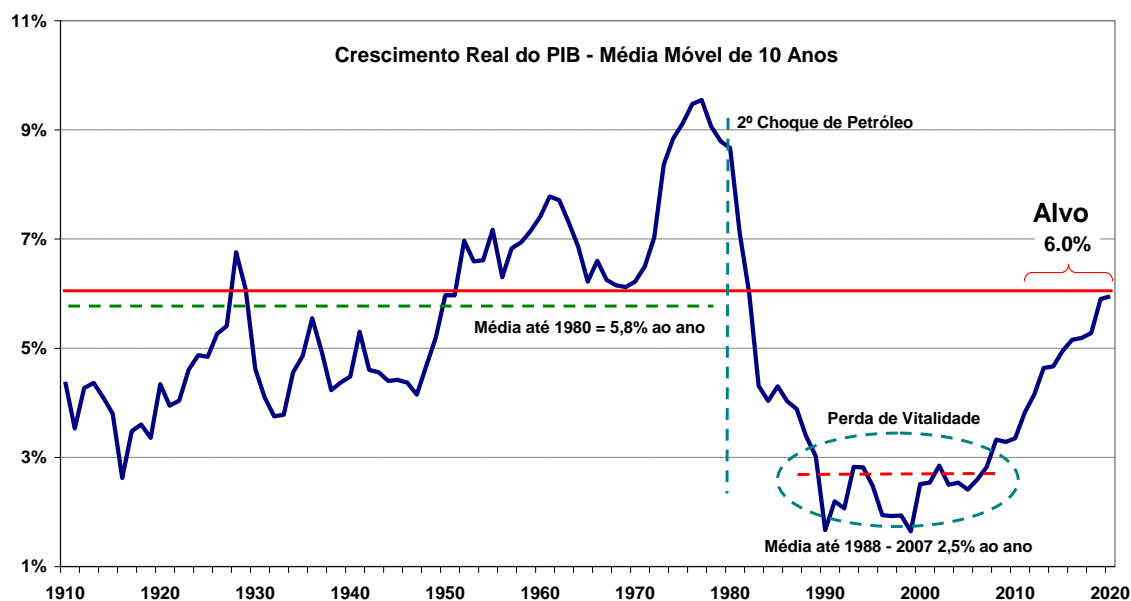


Com a estabilização da economia, após o Plano Real, o país só conseguiu manter taxas sofríveis de crescimento, na média de 3,5% ao ano, embora melhorando gradualmente, graças ao cenário internacional muito favorável que nos ajudou até 2008. Mas a conjuntura externa de hoje e do futuro próximo exige um cuidado de planejamento redobrado de nossa parte. Não podemos baixar a guarda, pois nossa taxa de investimento total continua teimosamente amarrada num nível bem inferior a 20%, enquanto a necessidade do país é alcançar 25%. Tal diferença de cerca de 7 pontos percentuais nos investimentos deve vir de uma contribuição extra de 4 pontos do setor privado – que é a parcela de economia que fará pela redução da carga fiscal sobre as pessoas jurídicas e físicas – enquanto se espera que o

governo colabore com 3 pontos de PIB, elevando o investimento público de 2 para 5% do PIB. É um desafio planejável e alcançável.

## BRASIL: CRESCIMENTO DO PIB, MÉDIAS DECENAIS

### 1910 – 2010, PROJEÇÕES ATÉ 2020



Fonte: IBGE, IPEADATA; Elaboração: RC Consultores

Até meados dos anos de 1970, o Brasil apresentava taxas de crescimento comparáveis às da China atual, e bem acima da média mundial. A partir da crise dos 80, o Brasil ficou para trás na corrida do crescimento econômico. Perdeu vitalidade, a ponto de a taxa decenal de crescimento, entre 1988 e 2007, ter ficado em tristes 2,5% ao ano. Nesse período, a despesa de investimento desabou.

Em 2003, por exemplo, a relação entre investimento em transportes e o PIB tinha chegado ao nível mais baixo desde os anos de 1970, atingindo a marca insignificante de 0,09% do PIB, com base nas estimativas do Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), ou então, de menos ainda, (0,06% do PIB) com base na execução de caixa do Tesouro Nacional. Após 2003, os valores assinalados no OGU cresceram para algo em torno de 0,5%

do PIB (2008), mas os desembolsos efetivamente realizados sempre ficaram muito aquém desse total.

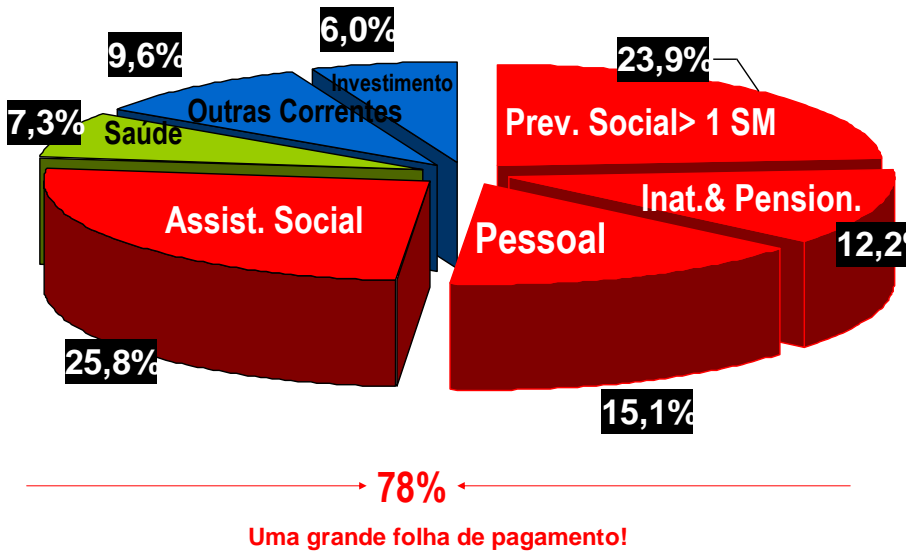
O resultado desse abandono da infraestrutura é evidenciado no levantamento da Confederação Nacional de Transportes (CNT): entre 2003 e 2007, **mais de 80%** das rodovias sob gestão estatal foram enquadradas nos conceitos de “péssima”, “ruim” ou apenas “regular”. Uma leve melhora nessa avaliação, felizmente, aconteceu na pesquisa de 2009.

Enquanto os investimentos eram relegados, os gastos públicos com pessoal de governo, com o INSS, com os Regime Próprios de Previdência Pública, e, sobretudo, com os gastos de caráter assistencial, nunca pararam de crescer em termos reais, superando não só a evolução da inflação, mas ultrapassando em muito o crescimento do PIB. Ou seja, o gasto corrente não respeitou o limite do crescimento do PIB, que é base produtiva que sustenta a carga de impostos. Em outras palavras, o governo invadiu as finanças privadas e tomou do cidadão o que podia e não podia.

Tomando-se o período de 1987 a 2009, constata-se que a implementação do “modelo de alto gasto público” tem feito explodir certos itens de despesa. O total despendido com **benefícios assistenciais subsidiados**, que correspondiam a 3,1% do valor da despesa total de governo em 1987, atingiu 25,8% do gasto público corrente em 2009.

***O Orçamento Geral da União virou, assim, uma grande folha de pagamento.*** Em 2005 eram cerca de 40 milhões de contracheques em benefícios assistenciais e previdenciários, além dos funcionários ativos, consumindo hoje quase 80% do gasto federal. Há sérias dúvidas sobre a eficácia desses gastos em relação aos objetivos propostos, e certeza de que há ganância.

### Estrut. da Desp. Não Financ. da União, 2009



**Brasil: Evolução do Valor Repassado do Benefício do BPC e crescimento (% a.a.) por Grupo (em R\$ milhões constantes de 2009)**

**2000 - 2009**

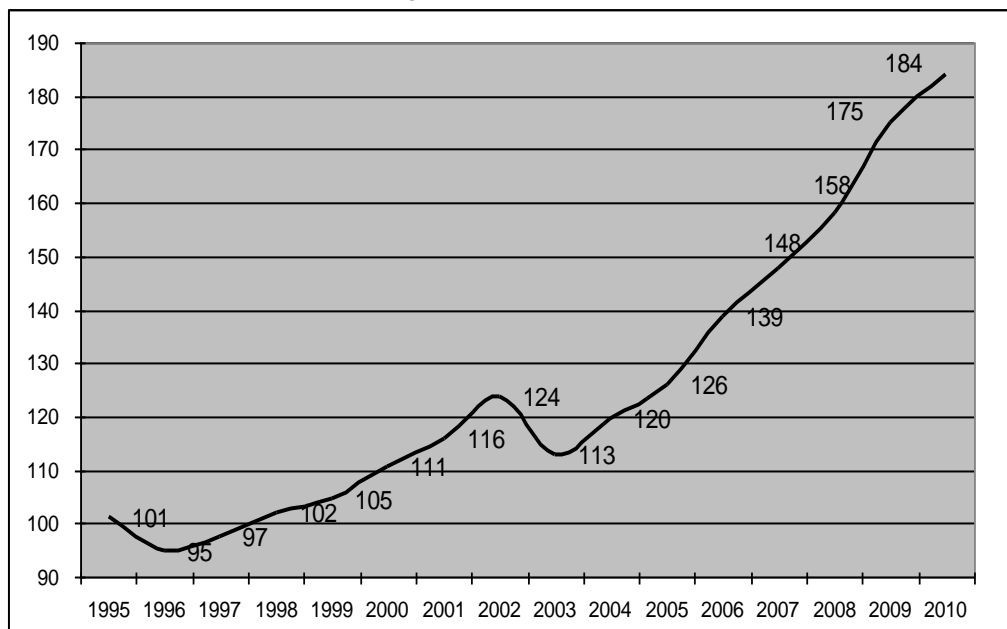
ANO	PCD		Idoso		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2000	2.477,38	-	1.167,09	-	3.644,47	-
2001	3.036,51	22,57	1.592,67	36,46	4.629,17	27,02
2002	3.473,33	14,39	1.997,60	25,42	5.470,93	18,18
2003	3.957,34	13,93	2.471,71	23,73	6.429,04	17,51
2004	3.262,34	-17,56	4.281,90	73,24	7.544,24	17,35
2005	4.888,78	49,86	4.184,15	-2,28	9.072,93	20,26
2006	5.833,24	19,32	5.255,57	25,61	11.088,82	22,22
2007	6.623,04	13,54	6.152,10	17,06	12.775,14	15,21
2008	7.530,26	13,70	7.068,89	14,90	14.599,15	14,28
2009	8.638,34	14,71	8.221,08	16,30	16.859,41	15,48
<b>Taxa de Crescimento (%) Média Anual</b>		<b>14,89</b>		<b>24,22</b>		<b>18,55</b>

**Fonte: Sagi -Ferramenta de Visualização dos Dados/MDS**

**Nota: Valores constantes a preços de 2009 - Inflacionados pelo IPCA.**

O peso dos gastos com inativos e pensionistas da União aumentou duas vezes, passando de 6,2%, em 1987, para 12,2% do total da despesa, em 2009. Desde 2003, a despesa de pessoal da União tem crescido mais que o PIB. Em 2003, a despesa com pessoal da União pulou de 4,81% para 5,32% do PIB. Em 2009, o valor foi inferior ao de 1995, mas não muda o quadro preocupante, porque em 1995 os salários dos servidores tiveram forte ganho real por conta da súbita parada do processo inflacionário.

**Despesa de pessoal da União com contribuição patronal: 1995-2010**  
**Em bilhões de Reais, a preços de 2010**



**Os gastos com Saúde e Educação** cresceram de modo a manter sua proporção na composição do gasto público. Não significa, contudo, que essas rubricas tenham encolhido. Pelo contrário, elevaram-se tais despesas para além do PIB brasileiro, já que a despesa pública como um todo avançou mais do que o PIB. A conclusão é que os setores de Educação e Saúde respondem ao aumento de gastos com **produtividade decrescente**, um mau sinal diante da urgência de melhor desempenho do país nesses segmentos fundamentais. Mais uma vez, o diagnóstico inescapável é que a **EFICIÊNCIA** é um alvo mais importante do que a elevação pura e simples do volume de gasto em Educação e Saúde.

## DIVERSOS PAÍSES - DESPESA PÚBLICA E PRIVADA EM SAÚDE, 2006

Em % do PIB

	Privado	Público	Total	Part. Privado	Part. Pública
Brasil	3,90	3,60	7,50	52,0%	48,0%
Canadá	3,00	7,00	10,00	30,0%	70,0%
China	2,70	1,90	4,60	58,7%	41,3%
França	2,20	8,80	11,00	20,0%	80,0%
Alemanha	2,40	8,20	10,60	22,6%	77,4%
India	2,70	0,90	3,60	75,0%	25,0%
Itália	2,10	6,90	9,00	23,3%	76,7%
Holanda	1,90	7,50	9,40	20,2%	79,8%
Portugal	3,00	7,20	10,20	29,4%	70,6%
Rússia	2,00	3,30	5,30	37,7%	62,3%
Espanha	2,40	6,00	8,40	28,6%	71,4%
Suíça	4,40	6,40	10,80	40,7%	59,3%
Suécia	1,70	7,50	9,20	18,5%	81,5%
Reino Unido	1,00	7,20	8,20	12,2%	87,8%
EUA	8,30	7,00	15,30	54,2%	45,8%

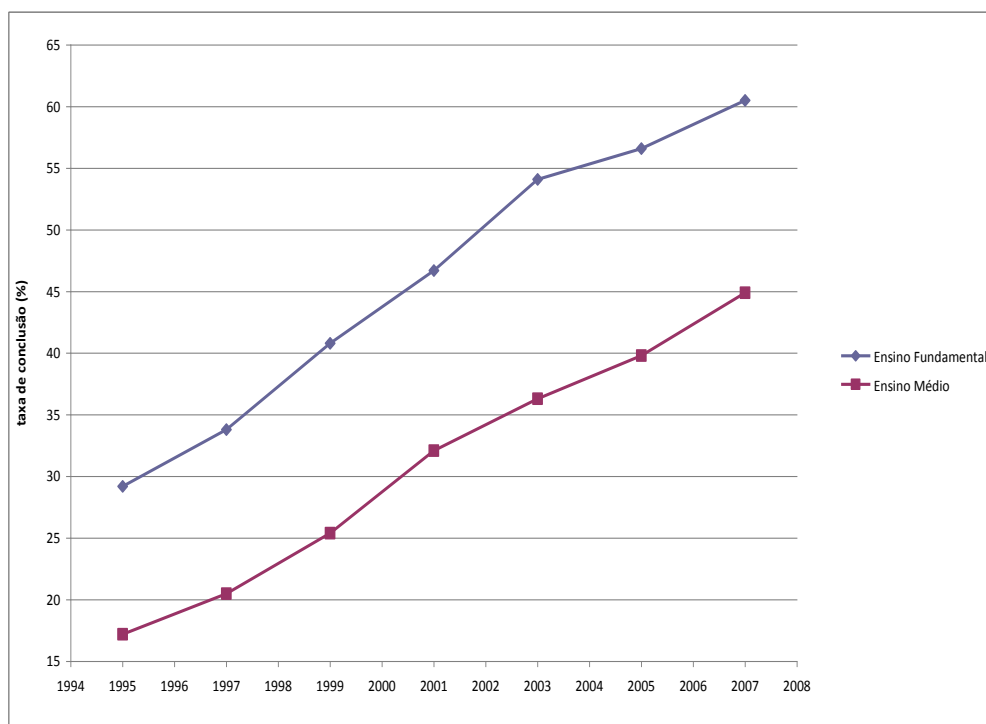
Fonte: World Bank, WDI database.

Examinando o quadro acima, fica claro que o problema da Saúde no Brasil não é sair gastando mais e mais no setor público, e sim o de buscar mais Eficiência no nível de gasto atual. O país gasta mais que qualquer dos outros BRICs, por exemplo. Gasta em linha com a Espanha, que tem nível de desenvolvimento humano muito superior ao nosso. A característica central, no entanto, da distribuição de nosso gasto em Saúde é que o gasto privado é desproporcionalmente elevado, o que ocorre para cobrir a insuficiência e as INEFICIÊNCIAS do setor público nessa área. Urgem medidas que reproduzam na área pública procedimentos mais poupadores de recursos. A mera informatização da história médica completa de cada cidadão ajudaria muito a organizar o SUS. Mais de 1 bilhão de reais já teriam sido gastos em tal projeto sem qualquer resultado prático!

**No segmento de Educação**, alguns avanços importantes foram conseguidos, especialmente no tocante à universalização do acesso à sala

de aula. Mas chegando lá dentro, o sistema deixa a Eficiência do lado de fora.

**Gráfico 3: Evolução da Taxa de Conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio, 1995-2007**



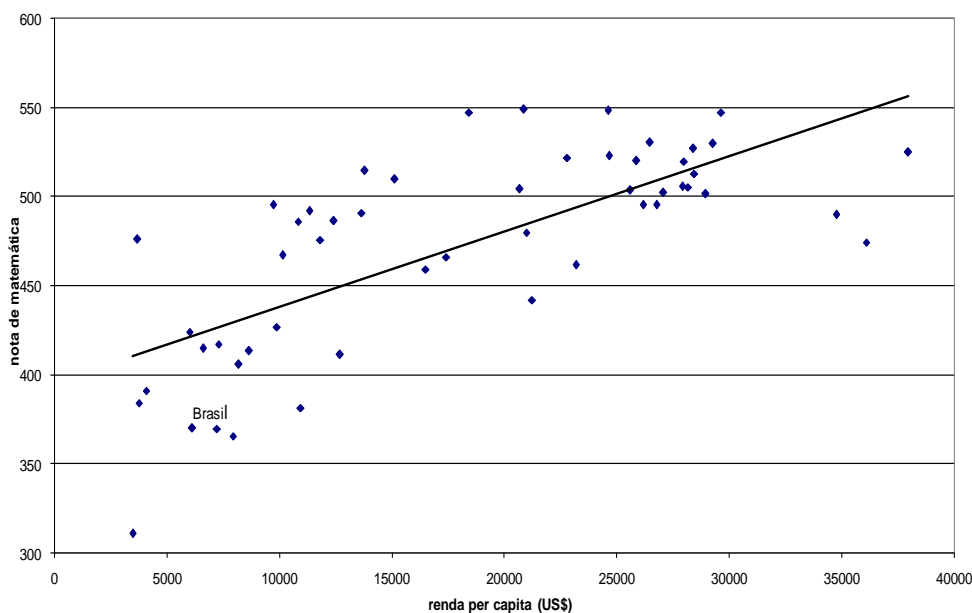
Fonte: Todos Pela Educação (2008), com base em dados da PNAD

É baixo o grau de informatização do aluno brasileiro, apesar de verba bilionária do FUST, destinada para tal. O treinamento do professorado é embrionário. O papel dos incentivos financeiros à formação continuada dos professores tampouco é uma ferramenta largamente utilizada. O incentivo contido no FUNDEF, a agora, FUNDEB, são de ordem a capturar apenas a quantidade de matrículas, o que gerou o retorno almejado da universalização da presença escolar. Mas o papel da qualidade dessa educação ainda passa longe de ter um rolespecífico de estímulos ao aluno, ao professor e ao dirigente escolar.

As avaliações escolares universais são mais frequentes do que antes. Mas ainda não se enxerga a conexão entre o resultado da aferição – que tem sido, via de regra, sofrível – com a tomada de medidas de ganho de

Eficiência. São lançados grandes planos de mobilização, mas indicadores básicos, como o índice de analfabetismo, ainda persistem elevados demais para o grau de desenvolvimento relativo do Brasil. Estudos recentes, de ordem internacional, envolvendo cerca de 60 países, calculou a posição relativa de alunos em Matemática, Ciências e Leitura. O Brasil se posiciona quase na lanterna dos resultados comparativos. Quando cotejado com as centenas de bilhões de reais despendidos na educação brasileira de todos os níveis, concluímos que o dinheiro do contribuinte continua sendo desperdiçado!

### Relação entre a Nota de Matemática no PISA e a Renda per Capita, 2006



Fonte: Penn World Table 6.1 e PISA 2006.

## Classificação e Notas do Brasil em Matemática, Ciências e Leitura, 2006

Classificação	Países	Matemática	Classificação	Países	Ciências	Classificação	Países	Leitura
1	Taiwan	549	1	Finlândia	563	1	Coréia do Sul	556
2	Finlândia	548	2	Hong Kong	542	2	Finlândia	547
3	Hong Kong	547	3	Canadá	534	3	Hong Kong	536
4	Coréia do Sul	547	4	Taiwan	532	4	Canadá	527
5	Holanda	531	5	Estônia	531	5	Nova Zelândia	521
6	Suíça	530	6	Japão	531	6	Irlanda	517
7	Canadá	527	7	Nova Zelândia	530	7	Austrália	513
8	Macau	525	8	Austrália	527	8	Liechtenstein	510
9	Liechtenstein	525	9	Holanda	525	9	Polônia	508
10	Japão	523	10	Liechtenstein	522	10	Suécia	507
<b>54</b>	<b>Brasil</b>	<b>370</b>	<b>52</b>	<b>Brasil</b>	<b>390</b>	<b>49</b>	<b>Brasil</b>	<b>393</b>

Fonte: **PISA 2006.**

Para confirmar a distorção persistente no foco dos gastos em educação no Brasil, basta consultar o quadro que mostra o tamanho relativo da despesa pública em estágios sucessivos da formação. O Brasil, em comparação com países vitoriosos em educação pública, continua gastando de balde no ensino superior (95% da renda per capita contra apenas 9% na Coréia do Sul, esta com formidável desempenho técnico!) enquanto nos níveis de ensino fundamental e médio os números do Brasil são, respectivamente, 15,4% e 11,4% da renda per capita, contra 18,8% e 23,4% na mesma Coréia. No total, ambos os países despendem 4,4% do PIB em educação em todos os níveis, mas o resultado obtido é francamente favorável aos asiáticos! Por quê? Mais uma vez, a resposta está na (falta de) Eficiência! Aferir, cobrar, corrigir, aferir de novo, corrigir e insistir no aperfeiçoamento continuado dos métodos não parece ser ainda uma prioridade. Campanhas pró-educação não serão suficientes se não houver objetivos claros a alcançar, responsabilidades a cobrar, estímulos e

penalidades, resultados comparados e correção contínua de rumos. Esta é a Eficiência que falta.

### **Gasto Público em Educação por Aluno como Fração da Renda per Capita, 2005.**

[em %]

Países	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Gasto Total/PIB
<b>Brasil</b>	<b>15,4</b>	<b>11,4</b>	<b>95,0</b>	<b>4,4</b>
África do Sul	14,3	17,6	50,1	5,3
Argentina	11,3	15,7	11,8	3,8
Chile	12,0	13,2	11,6	3,4
Colômbia	19,2	18,0	24,2	4,8
Coréia do Sul	18,8	23,4	9,3	4,4
Espanha	19,1	23,4	22,8	4,2
Estados Unidos	20,7	23,1	23,4	5,3
França	17,4	27,0	33,3	5,7
Índia	8,9	16,7	57,8	3,2
Irlanda	14,7	21,8	24,8	4,8
Japão	22,2	22,4	19,2	3,5
México	15,2	16,4	41,8	5,5
Portugal	23,2	24,7	27,1	5,4
Reino Unido	18,9	20,3	32,3	5,5
Uruguai	8,7	10,3	18,5	2,8

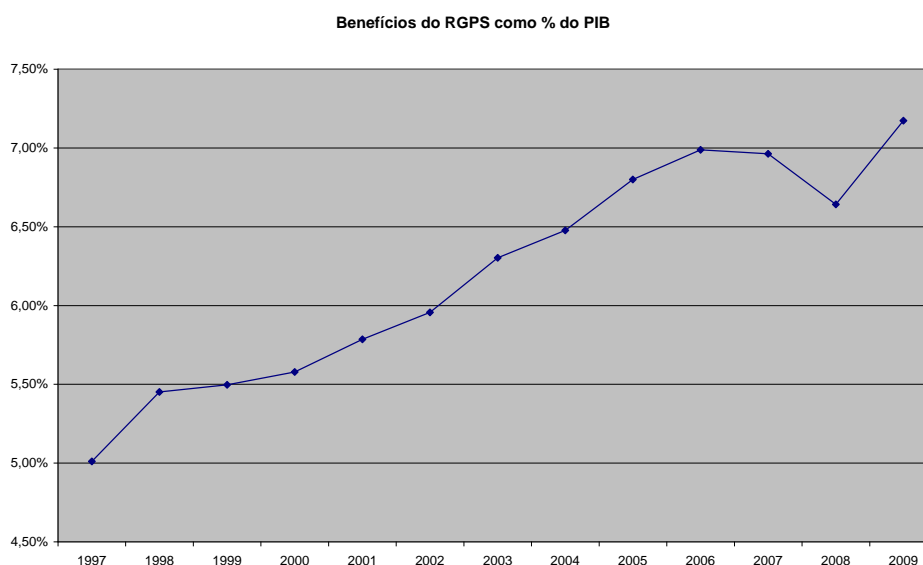
**Dados do Brasil são do INEP/MEC. Para os demais países, ver Unesco (2009).OBS: Os dados do Brasil e Argentina são de 2006 e 2004, respectivamente.**

O campo previdenciário constitui hoje a maior fonte de desequilíbrio corrente e potencial da despesa pública, quando projetado no futuro. Este segmento pressiona o gasto não só pelo tamanho que assumiu no conjunto da despesa corrente total, mas principalmente pelas regras de aposentadoria e pensões que o país adota há décadas. Todos são privilegiados ou buscam garantir uma exceção ou privilégio para si, seja pela aposentadoria precoce, seja por manutenção de pensão integral para cônjuge, seja pelo cômputo de contribuições ao pecúlio, e assim por diante. O resultado é uma tremenda injustiça distributiva, pois sendo a Previdência financiada pelos impostos de todos, - ela não tem fundos próprios, como deveria – os mais pobres acabam pagando tributos

escondidos nos preços das mercadorias para cobrir os segidos déficits previdenciários.

A injustiça é mais clamorosa quando os chamados Regimes Próprios, de servidores civis e militares, são adicionados ao Regime Geral dos trabalhadores CLT. Aí fica mais patente não só a enorme diferença em valor médio de aposentadorias como principalmente, a vantagem de garantias e tratamento especial para uma minoria entre os brasileiros. A unificação desses regimes é urgente, mas sempre adiada. Deve ser feita a unificação respeitando os direitos já adquiridos. Entretanto, deve ser realizada logo, para não acumular compromissos crescentes para futuras gerações de brasileiros. Este é mais um passo rumo à Eficiência na despesa pública!

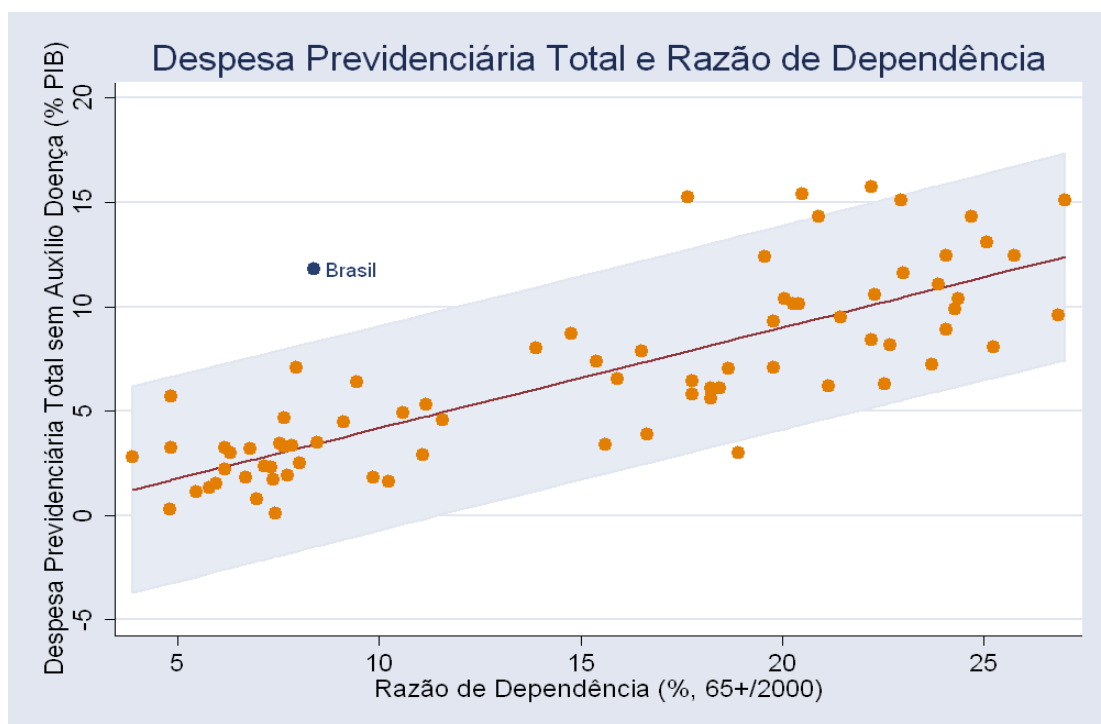
### **Evolução da Despesa do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), % PIB, 1997-2009.**



A evolução altista dos gastos previdenciários no regime geral, como percentual do PIB, evidencia a necessidade de controle. Mais do que isso. Um novo pacto social, entre gerações, é necessário e urgente se não quisermos assistir à ruptura conflitiva do sistema atual, aí envolvendo

inclusive o RPPS, os Reimes Próprios dos servidores. Os novos contribuintes já tendem a refugar e evadir-se do pagamento previdenciário, que consideram um mau negócio. Essa tendência é dominante e acentuará os desequilíbrios.

Não temos a desculpa de gastar pouco com aposentadorias. O desequilíbrio advém do fenômeno inverso: gastamos demais, frente a outros países de maior desenvolvimento relativo e com população muito mais idosa. Logo nosso desquilíbrio, que já é assustador, tende a se tornar insustentável se uma nova regra não vier a ser pactuada.



Mais uma vez, é a falta de Eficiência na criação de regras previdenciárias sérias e prudentes a razão principal do nosso desacerto orçamentário. O quadro acima mostra que gastamos em aposentadorias e pensões como país rico e mais idoso, quando ainda somos relativamente pobres, não capitalizados e bastante jovens na média da população.

**O Movimento Brasil Eficiente propõe uma mudança bastante simples, mas radical para o desafio do equilíbrio previdenciário. Como numa família, que de fato somos, o Brasil deve pagar sua conta previdenciária com o esforço fiscal de todos, já que as contribuições diretas à Previdência – tanto dos celetistas quanto de servidores públicos – não cobre a conta de despesa corrente anual. Assim, o imposto sobre a renda, de pessoas físicas e jurídicas, deve passar a ser a fonte exclusiva da cobertura previdenciária, somada à contribuição patronal ao INSS, esta podendo ter sua base redefinida para ficar neutra em relação à folha salarial. A soma dessas três fontes, incluída e fundida a atual CSLL, soma cerca de 10% do PIB, o equivalente ao máximo admitido, numa boa família, como contribuição dos que trabalham para os que (como todo direito) folgam no seu ócio remunerado.**

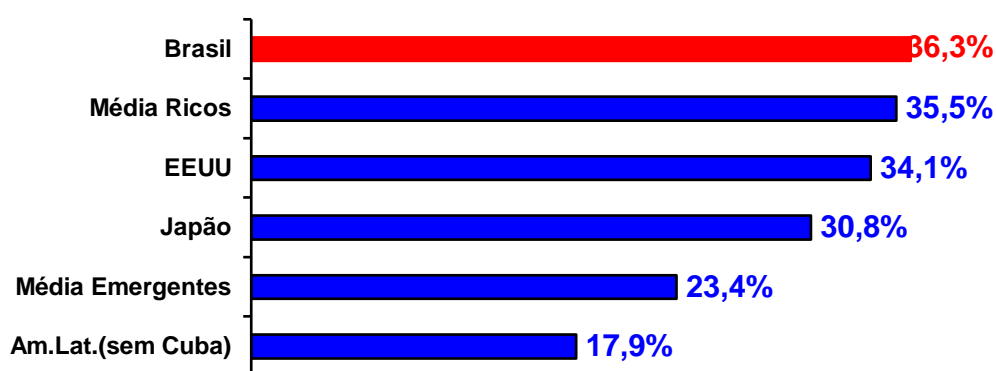
**Com esta mudança fundamental, já que a arrecadação do novo IR e da Contribuição Patronal ficariam exclusivos para a cobertura previdenciária, seria possível negociar no Congresso o orçamento dos aposentados em função dos esforços despendidos pelos que labutam e pagam o imposto.**

## Estrutura Tributária para o país Eficiente

### Menos impostos para estimular os investimentos

Outra face do sufoco por que passa o setor privado é a excessiva carga tributária, entre as maiores do mundo (médias de 1997 a 2002, em % do PIB):

### COMPARATIVO DE CARGA TRIBUTÁRIA ENTRE PAÍSES E REGIÕES



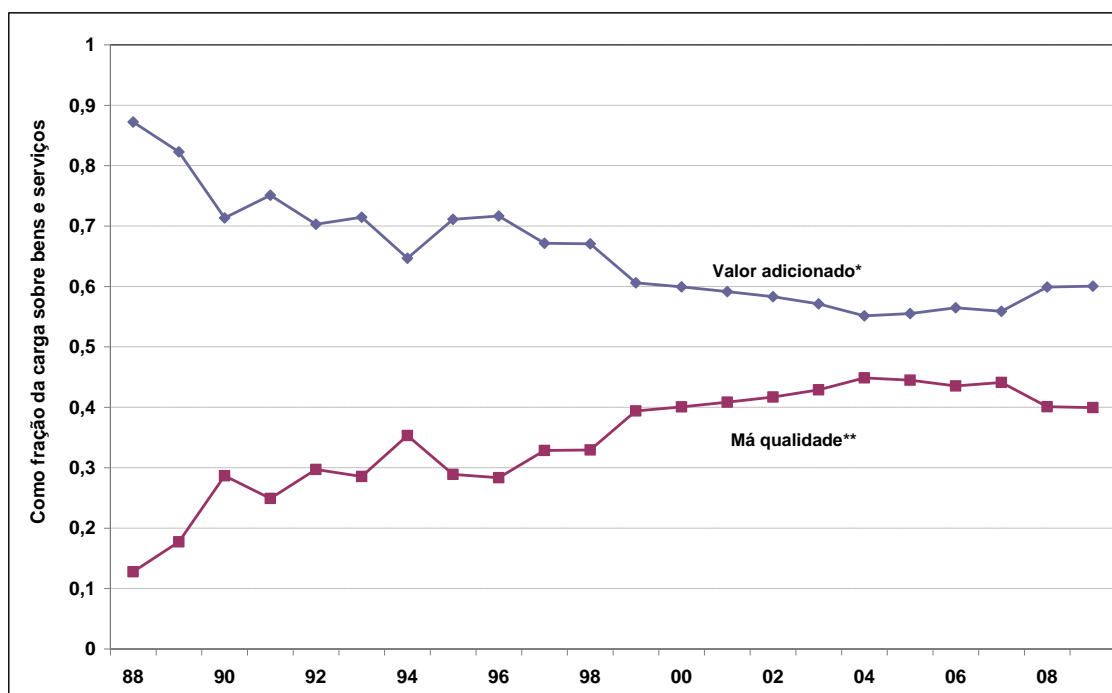
Com seus gastos correntes em ascensão, a administração pública, em vez de concentrar seu foco no crescimento econômico do país, passa a ser uma força repressora, pois trabalha só para sua autosustentação e benefício próprio. O esforço da máquina pública é arrecadar mais tributos, aumentando a carga tributária – ou seja, tirando da sociedade para cobrir os seus gastos e, marginalmente, fazendo o mínimo de investimento que seria necessário para manter as taxas de crescimento do PIB a níveis satisfatórios e absorver os milhões de jovens à procura de emprego.

***A carga tributária, que hoje se aproxima de 40% do PIB, quando somada ao déficit público, chegou ao limite politicamente tolerável.***

No Brasil, além dos impostos diretos, que são cobrados à vista do contribuinte, como o IR, IPTU e o IPVA, há os impostos indiretos ou escondidos, que estão embutidos nos preços dos produtos, como o ICMS, o ISS, a famigerada Cofins e o PIS, e assim por diante, numa brutal carga de

contribuições e taxas que incidem sobre praticamente todas as atividades econômicas, em toda a cadeia produtiva, transferindo os preços da indústria para o comércio e, finalmente, para os consumidores.

### **BRASIL: TRIBUTOS DE BOA\* E MÁ\*\* QUALIDADE, SOBRE BENS E SERVIÇOS. PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CARGA, 1988 – 2009.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Pesquisa Tributária (IBPT); *apud* REZENDE (2007).

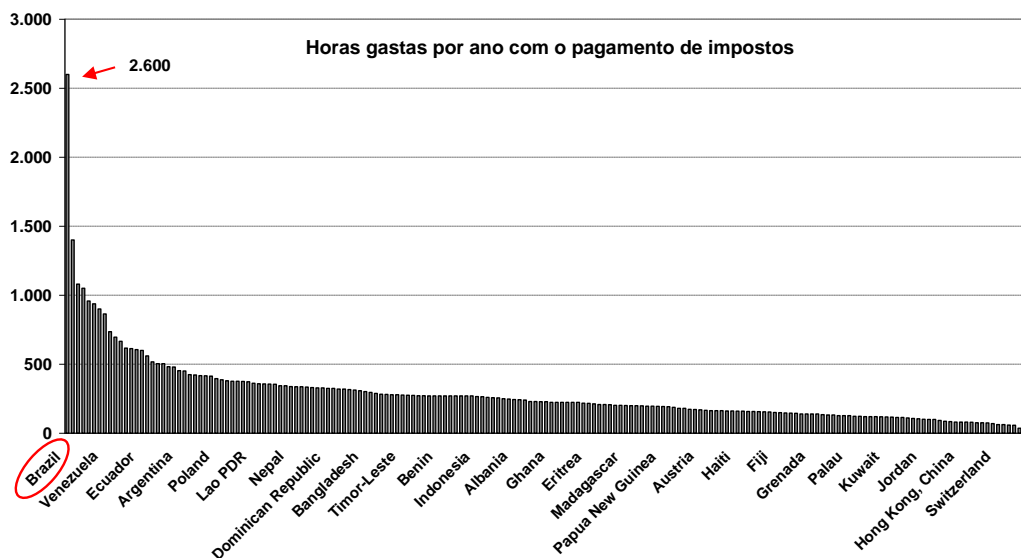
\*Impostos sobre valor adicionado como: ICMS e IPI;\*\*Tributos cumulativos (ISS, IOF e CPMF) e contribuições híbridas (PIS e Cofins)

Além dos tributos escondidos e de “má qualidade” por incidirem em cascata, há ainda uma carga elevada de encargos sobre a folha de pagamentos dos empregadores privados e sobre o faturamento das empresas.

O sistema tributário brasileiro é tremendamente complicado, com alíquotas diferenciadas entre estados e municípios, exigindo uma burocracia onerosa para sua operacionalização, a ponto de recente pesquisa internacional ter atribuído a nosso país o mérito duvidoso de ser o campeão

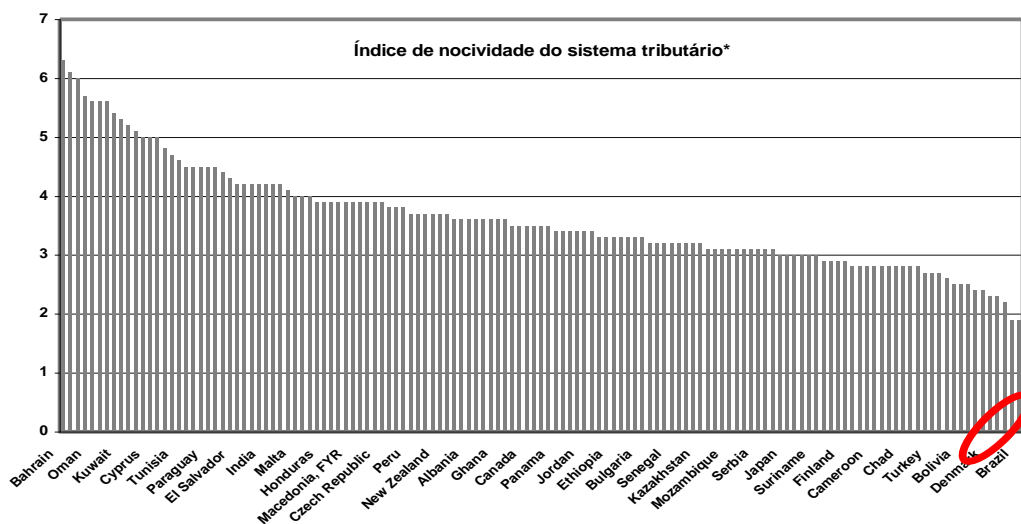
mundial disparado em horas gastas pelo contribuinte (2600 horas anuais) no atendimento às obrigações tributárias!

### PAÍSES: HORAS GASTAS PAGANDO TRIBUTOS POR ANO



Fonte: PRICE (2009)

### PAÍSES: GRAU DE DISTORÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO



\*Efeito de distorção econômica provocada nas decisões de investimento e relações de trabalho (7 = neutro / não nocivo e 0 = totalmente nocivo). Fonte: World Economic Forum, apud MARTINS (2008) p.46. Elaboração Ideias Consultoria.

A população brasileira não conhece o peso da carga tributária que recai sobre seus ombros porque a maior parte dos tributos já integra o preço dos produtos e serviços. Da mesma forma, o consumidor de energia elétrica desconhece que uma parte importante da tarifa de luz refere-se aos tributos. Segundo dados da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), a tarifa de energia elétrica para consumo industrial foi de US\$ 138,00 o megawatt em 2007. É a tarifa mais cara do mundo. Em segundo, aparece o México com US\$ 102,00 o megawatt. Do preço da tarifa elétrica brasileira 51,6% se referem a tributos.

É claro que esses “custos” são repassados pelas distribuidoras para os grandes consumidores de energia elétrica (siderúrgicas, indústria de celulose, indústria petroquímica, indústria da alimentação, entre outros), que por sua vez, embutem estes custos nos preços dos produtos vendidos ao comércio atacadista. No comércio atacadista incidem novos tributos que são acrescentados aos preços que serão cobrados da rede de varejo. No final da cadeia, o consumidor paga a conta na gôndola do supermercado.

A alta carga tributária não se reflete na qualidade dos serviços públicos, o que leva a sociedade brasileira a pagar duas vezes pelos mesmos serviços. As famílias pagam impostos para o governo garantir escola de qualidade para todos, mas pagam a escola particular para seus filhos. Os brasileiros pagam impostos para manter o atendimento universal à saúde, mas pagam planos privados para garantir qualidade no atendimento de suas famílias.

As administrações públicas necessitam aumentar cada vez mais a arrecadação de tributos para cobrir seus gastos crescentes, sacrificando os investimentos que são fundamentais para elevar as taxas de crescimento do PIB ao nível dos principais competidores do Brasil, como a China e a Índia. Comparando com nossos vizinhos da América do Sul, o Brasil tem a maior relação entre carga tributária versus PIB, 37,4%. Na Argentina, essa relação é de 26,8% e no Uruguai, de 25%.

É preciso simplificar e racionalizar nosso sistema tributário, reduzir a carga e melhorar a gestão dos gastos públicos. Se as administrações públicas reduzirem seus gastos, sobrarão mais recursos para serem investidos em rodovias, aeroportos, expansão da rede de banda larga da internet e modernização dos portos, por exemplo. O investimento público abriria caminho para o crescimento do investimento privado, aumentando a oferta de empregos, gerando mais riqueza e elevando mais o crescimento do PIB e a qualidade de vida da população.

### **Propostas do Movimento Brasil Eficiente para os tributos**

- **Simplificação e racionalização da estrutura tributária brasileira, mediante conjugação de impostos e contribuições diversas, assim reduzindo a sua quantidade e os custos de sua administração pelo contribuinte.**
- **Redução gradual da carga tributária, mediante Lei que assim o estabeleça, ao longo da próxima década (2011 a 2020), chegando a um patamar limite de 30% do PIB.**
- **Transparência total na cobrança dos tributos incidentes sobre a circulação econômica mediante adoção de um “Imposto sobre Valor Adicionado” (IVA) que aglutine todos os tributos hoje incidentes de cobrança federal (como Cofins e PIS etc) e federativos (como ICMS e ISS) de modo que o contribuinte pague uma vez só e saiba que alíquota final está de fato pagando.**
- **RESPEITO E DIGNIDADE PARA O CONTRIBUINTE BRASILEIRO!**

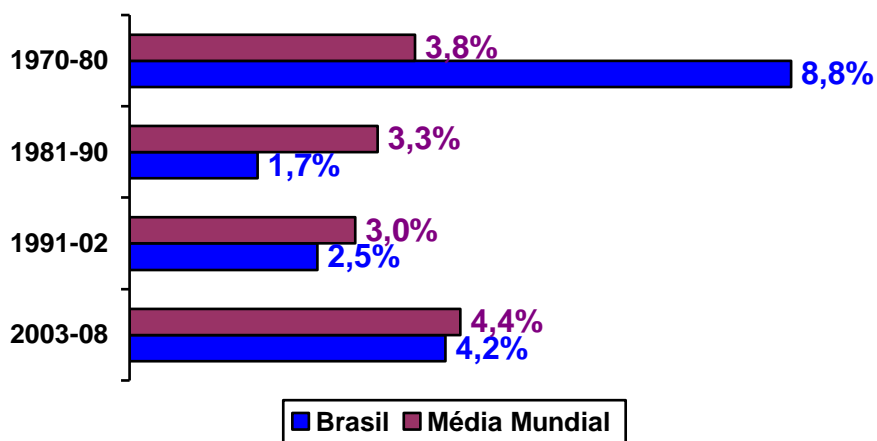
**CONCLUINDO...**

É hora de nosso país voltar a ter maiores taxas de investimento e de crescimento, para os brasileiros poderem usufruir maiores e melhores oportunidades de emprego. Temos diante de nós a geração de brasileiros jovens-adultos mais numerosa de todos os tempos. Nos terríveis anos de 1980 e 1990, chegamos a “exportar” brasileiros aos milhões para trabalhar em outros países, um sinal evidente da falência do modelo de desenvolvimento baseado no **“alto gasto público corrente”**.

**O modelo faliu, mas persistimos no erro até hoje. Agora temos a chance de mudar!**

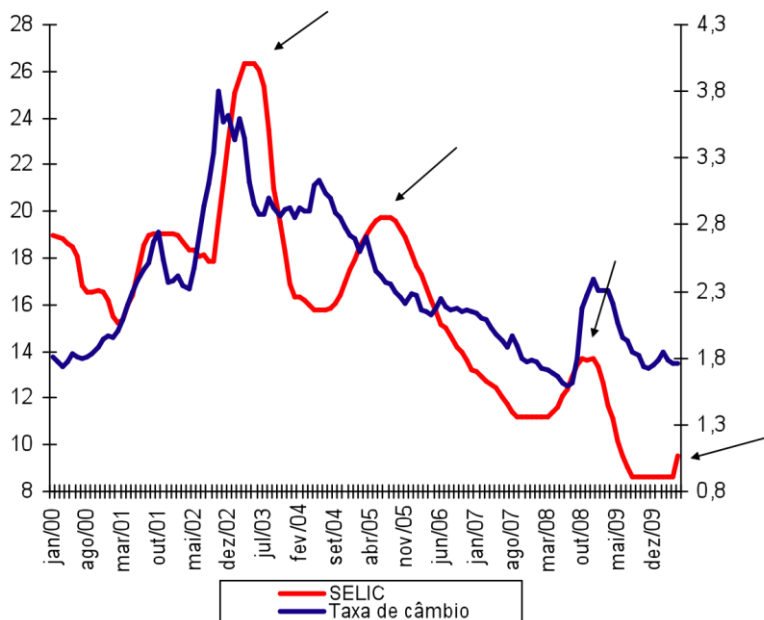
O Brasil, juntamente com Japão e Coréia do Sul, já foi um dos países mais dinâmicos do mundo. Desde o início da década 1980, temos crescido muito abaixo da média mundial. Felizmente, com o Plano Real, temos uma moeda confiável e começamos a virar o jogo lentamente. A administração financeira menos escandalosa a partir do Real e as chances e oportunidades que o resto do mundo nos deu a partir dos anos 2000, valorizando enormemente nossas *commodities* e vindo investir direto no Brasil, nos propiciaram uma equiparação ao crescimento médio mundial. Mas falta ganhar esse jogo!

## Comparativo do crescimento do Brasil com a média mundial ao longo de décadas



O dinheiro escasseou para o investimento privado, porque o gasto público corrente vem tomando todo o espaço da economia. A face visível desse processo é a prática de taxas de juros absurdas no Brasil, há muitos anos batendo recordes no mundo. O Banco Central tem de subir a taxa que ele controla (taxa de juros Selic) para evitar a fuga de capitais ou o mal maior da inflação. Contudo, o mesmo remédio de juros altos que contém a inflação crônica é a arma perigosa que empurra o valor da nossa moeda, Real, para uma relação cambial não competitiva com outras moedas mundiais. Punimos, sem querer, o setor produtivo e exportador. Fazemos a política oposta à China, nosso maior concorrente, que não deixa sua moeda apreciar, para se manter competitivo. Além disso, pior ainda, o juro alto cria uma conta financeira monstruosa por causa da composição pós-fixada da dívida pública, portanto uma tragédia em termos de irracionalidade de gestão financeira!

### Selic e taxa de câmbio, jan00 a mai10



O recado do Movimento Brasil Eficiente é simples e sem rodeios: para aproveitar a enorme oportunidade de progresso que o Brasil agora tem pela frente, é preciso **CORAGEM PARA MUDAR!** E não é mudar pouco, nem na direção errada de acumular mais compromissos de ganância para o Estado. É, sim, confiar mais na iniciativa dos próprios brasileiros, que investirão mais se o Estado gastador e pesado sair de cima dos ombros dos contribuintes empresas e famílias!

***Essa revolução de um modelo de “alto gasto público” para outro, de “alto investimento público”, trará o crescimento do PIB e da geração de empregos a um nível jamais conhecido por gerações anteriores e dobrará a renda per capita em dez anos!***

Tudo isso é possível sem redução líquida do gasto corrente atual – isso é importante! – desde que os futuros governantes se comprometam a racionalizar a carga tributária do país e combater a

**gastança onde ela estiver e ao custo político que tiver que ser pago para o sucesso de todos.**

**O Movimento Brasil Eficiente conclama cada brasileiro como patriota e como contribuinte pagador de impostos neste país a se mobilizar diante das próximas eleições, definindo com clareza e certeza que objetivo de administração pública quer ver implantado, que nível de carga tributária é tolerável, e principalmente, que metas de EFICIÊNCIA DE GESTÃO PÚBLICA são esperadas dos próximos governantes até 2020.**

**Se cada um fizer sua parte, contribuindo com sua voz, seus recursos e voto, o Brasil vai virar esse jogo!**